



REGULAMENTO MUNICIPAL DE FORNECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE CONDEIXA

NOTA JUSTIFICATIVA

Na sequência da publicação lei n.º 12/2008 de 26/02 alterou a lei n.º 23/96 de 26 de Julho e a questões que se têm verificado na prática, torna-se necessário proceder à elaboração do presente Regulamento Municipal de Fornecimento de Água do Município de Condeixa-a-Nova de acordo com o enquadramento normativo estabelecido naqueles diplomas legais, e especialmente adaptado às exigências de funcionamento dos serviços, às condicionantes técnicas imediatamente aplicáveis no exercício da sua actividade e às necessidades dos consumidores dos sistemas públicos e prediais de distribuição de água deste concelho, respeitando os princípios gerais a que devem obedecer a respectiva concepção, construção e exploração e a regulamentação técnica e as normas de higiene imediatamente aplicáveis à distribuição.

COMPETÊNCIA REGULAMENTAR

Considerando:

1. A competência prevista no artigo 241º da Constituição da República Portuguesa;
2. O disposto no Decreto Lei 207/94, de 6 de Agosto;
3. O Decreto Regulamentar 23/95, de 23 de Agosto;
4. O Decreto Lei n.º 195/99 de 08/06;
5. A Lei 23/96 de 26/07 alterada pelas Leis n.º 12/2008 de 26/02 e 24/2008 de 02/06;
6. A competência regulamentar prevista na alínea a) do nº 2 do artigo 53º do Decreto Lei 169/99 de 18 de Setembro, na actual redacção;
7. Que não há legislação própria que imponha a forma da audiência prévia dos interessados para o caso concreto do presente Regulamento, conforme prevê o nº 1 do artigo 117º do Código de Procedimento Administrativo, não se procede a tal audiência. O presente Regulamento, será aprovado pela Câmara e submetido à aprovação da Assembleia Municipal,



CAPITULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º

Âmbito de fornecimento

1. A Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, neste Regulamento designada por C.M.C., obriga-se a fornecer água potável para consumo doméstico, comercial, industrial e público a todos os prédios situados nas zonas do concelho servidas pelo sistema público de distribuição, por ela instalado, sendo responsável pela concepção, construção e exploração dos sistemas públicos de distribuição de água ao concelho.
2. O abastecimento de água às indústrias não alimentares e a instalações com finalidade agrícola, fica condicionado à existência de reservas que não ponham em causa o consumo da população e dos serviços públicos essenciais.
3. Se as disponibilidades o permitirem poderá a C.M.C. fornecer água a outros concelhos, em condições a acordar, caso a caso, com as entidades interessadas, ou estabelecer protocolos de gestão intermunicipal de sistemas de abastecimento, ao nível de distribuição, mediante prévio acordo entre as partes interessadas.

Artigo 2º

Carácter ininterrupto do serviço

1. A água é fornecida ininterruptamente, de dia e de noite, excepto por razões de obras programadas, ou em casos fortuitos ou de força maior, não tendo os consumidores, nestes casos, direito a qualquer indemnização pelos prejuízos, ou transtornos, que lhes resultem de deficiências ou interrupções na distribuição de água, bem como por descuidos, defeitos ou avarias nos sistemas prediais.
2. Quando haja necessidade de interromper o fornecimento de água, por motivo de execução de obras, sem carácter de urgência, a C.M.C. deve avisar previamente os consumidores afectados.
3. Em todos os casos, compete aos consumidores tomar as providências indispensáveis e



necessárias para atenuar, eliminar ou evitar, as perturbações ou prejuízos emergentes.

Artigo 3º

Obrigatoriedade de ligação

1. Dentro da área abrangida, ou que venha a sê-lo, pelo sistema público de distribuição, os proprietários dos prédios a construir, a remodelar ou a ampliar, são obrigados a instalar, por sua conta, as canalizações dos sistemas de distribuição predial, a requerer à C.M.C.
2. A obrigatoriedade referida no nº 1, é extensível aos prédios já existentes, à data da instalação dos sistemas públicos, podendo ser aceites, em casos especiais, soluções simplificadas, sem prejuízo das condições mínimas de salubridade.
3. Nos prédios já existentes à data da construção do sistema público de distribuição, pode a C.M.C. consentir no aproveitamento total, ou parcial, das canalizações dos sistemas de distribuição predial, já existentes se, após vistoria realizada a pedido dos interessados, for verificado que elas se encontram construídas em conformidade com a legislação aplicável.
4. Apenas estão isentos da obrigatoriedade de ligação, ao sistema público de distribuição, os prédios, cujo mau estado de conservação, ou manifesta ruína, os torne inabitáveis e estejam, de facto, permanente e totalmente desabitados.
5. Os arrendatários dos prédios, quando devidamente autorizados, podem requerer a ligação dos prédios por eles habitados, ao sistema público de distribuição, sempre que assumam todos os encargos da instalação, nos termos em que seriam suportados pelos proprietários, pagando o seu custo nos prazos, e condições, que forem definidas.
6. Em caso de comprovada debilidade económica dos proprietários, usufrutuários ou arrendatários (no caso do n.º anterior) dos prédios, poderá ser autorizado, se nesse sentido for requerido fundamentadamente, no prazo de oito dias, a contar da data da factura, que o pagamento respectivo seja efectuado, em prestações sucessivas, mensais e iguais, no número máximo de doze, a vencer no último dia de cada mês, acrescidas do juro de mora legal. A C.M.C. deverá exigir aos devedores a documentação que considere necessária à comprovação da situação económica alegada, salvo se a mesma for do conhecimento do órgão executivo.
7. Quando tiver sido autorizado o pagamento em prestações, e alguma destas não se mostre paga na data do seu vencimento, considerar-se-ão também vencidas as restantes, que passarão a vencer juros de mora legais a partir dessa data. A C.M.C. notificará o interessado da situação, concedendo-lhe um prazo de 30 dias, para liquidar o total da dívida, findo o qual a mesma entrará



em débito para cobrança coerciva.

8. Compete aos usufrutuários e arrendatários (no caso de autorização pelos proprietários referida no n.º 5) as obrigações que este artigo atribui aos proprietários.

10. Quando se trate de contrato de fornecimento de água, para execução de obras, o mesmo poderá ser requerido, quer pelo proprietário da construção, quer pelo construtor abrangendo-se, neste conceito, o adjudicatário ou o adjudicante devendo ser apresentada a necessária licença de obras.

Artigo 4º

Sanção em caso de incumprimento

Aos proprietários e usufrutuários dos prédios que, depois de devidamente notificados pela C.M.C. não cumpram, sem justificação aceitável, a obrigação imposta no nº 1 do artigo anterior, dentro do prazo de 30 dias úteis, a contar da data da respectiva notificação, será instaurado o processo de contra-ordenação previsto no artigo 45.º do presente Regulamento, podendo a C.M.C. mandar proceder à execução daqueles trabalhos, devendo o pagamento da respectiva despesa ser efectuado pelo proprietário, dentro do prazo de 30 dias úteis, após a emissão da correspondente factura, findo o qual se procede a débito da importância em dívida, com vista à sua cobrança coerciva.

Artigo 5º

Prédios não abrangidos pelo sistema público de distribuição

1. Para os prédios situados fora das ruas, ou zonas, abrangidas pelo sistema público de distribuição, a C.M.C. analisará cada situação e fixará as condições em que pode ser estabelecida a extensão da rede, tendo em consideração os aspectos técnicos e financeiros inerentes e o interesse das partes envolvidas, reservando-se no direito de impor aos interessados o pagamento total ou parcial das respectivas despesas, em função do eventual alargamento do serviço, a outros interessados.

2. Se forem vários os proprietários que, nas condições deste artigo, requeiram determinada extensão do sistema público de distribuição, o respectivo custo, na parte que não for suportada pela C.M.C. é distribuído por todos os requerentes, proporcionalmente ao número de contadores a



instalar, e à extensão da referida rede.

3. As canalizações estabelecidas nos termos deste artigo entrarão na propriedade exclusiva do Município de Condeixa, mesmo no caso da sua instalação ter sido feita a expensas dos interessados, sendo exclusivamente colocadas e reparadas pela C.M.C.

CAPITULO II

CANALIZAÇÕES

Artigo 6º

Definições

1. Sistema público de distribuição é o sistema de canalizações instaladas na via pública, em terrenos do Município de Condeixa ou em outros, sob concessão especial ou em regime de servidão, cujo funcionamento seja de interesse para o fornecimento de água.

2. Ramal de ligação é o troço de canalização que assegura a distribuição predial de água, compreendido entre os limites da propriedade a servir e o sistema público de fornecimento.

3. Os sistemas de distribuição predial são constituídos pelas canalizações instaladas no prédio e que prolongam o ramal de ligação até aos dispositivos de utilização.

Artigo 7º

Responsabilidade da instalação e conservação

1. Compete à C.M.C. promover a instalação do sistema público de distribuição, bem como dos ramais de ligação, que constituem parte integrante daquela, cuja propriedade pertence ao Município de Condeixa.

2. A conservação e a reparação do sistema público de distribuição e dos ramais de ligação, bem como a sua substituição e renovação são da competência da C.M.C., ponderadas as razões de ordem técnica.

3. Quando as reparações do sistema público de distribuição e dos ramais de ligação resultem de danos causados por terceiros, os respectivos encargos são da responsabilidade destes últimos, que devem responder igualmente pelos eventuais prejuízos que daí advierem aos proprietários ou



usufrutuários.

Artigo 8º

Sistema de distribuição predial

1. Os sistemas de distribuição predial são executados de harmonia com o projecto, elaborado por técnico legalmente habilitado, e posteriormente aprovado nos termos regulamentares em vigor, a fim de garantir o bom funcionamento dos dispositivos de utilização do prédio.
2. Compete ao proprietário, ou usufrutuário do prédio, a conservação, reparação e renovação das canalizações que constituem os sistemas de distribuição predial, a fim de as manter em perfeitas condições de funcionamento e salubridade.
3. Nenhum ramal de ligação pode entrar em serviço sem que os sistemas prediais tenham sido verificados e ensaiados.
4. A aprovação das canalizações dos sistemas prediais não envolve qualquer responsabilidade para a C.M.C., por danos motivados por roturas nas canalizações, por mau funcionamento dos dispositivos de utilização, ou por descuido dos consumidores

Artigo 9º

Projecto

Sem prejuízo de outras disposições legais em vigor, o projecto a que se refere o artigo anterior compreende:

- a) Memória descritiva e justificativa, de onde conste a indicação dos dispositivos de utilização e seus sistemas de controlo, calibres e condições de assentamento das canalizações e natureza de todos os materiais e acessórios e, no caso de habitações unifamiliares, do respectivo cálculo hidráulico da coluna montante.
- b) Peças desenhadas necessárias à representação do traçado, seguido pelas canalizações, com indicação dos calibres das diferentes canalizações dos sistemas de distribuição predial e dos dispositivos de utilização.



Artigo 10º

Responsabilidade e elementos de base

1. O projecto de execução das canalizações de distribuição interior, será efectuado por técnicos legalmente habilitados para o efeito.
2. Para efeitos do número anterior, a C.M.C. fornecerá, desde que solicitados pelo interessado, toda a informação designadamente a existência, ou não, de sistema público de distribuição, as pressões disponíveis, a sua localização e diâmetro.

Artigo 11º

Acções de inspecção

1. A C.M.C. deve proceder a acções de inspecção das obras dos sistemas prediais que, para além da verificação do correcto cumprimento do projecto, incidem sobre os materiais utilizados, na execução das instalações e o comportamento hidráulico do sistema.
2. Os sistemas prediais ficam sujeitos a acções de inspecção pelos Serviços da C.M.C. sempre que haja reclamações de utentes, perigos de contaminação ou poluição, recaindo sobre os proprietários, usufrutuários ou arrendatários, a obrigatoriedade de facilitar o acesso às instalações, cuja inspecção se mostre necessária, quando expressamente notificados para o efeito.
3. Todas as canalizações dos sistemas de distribuição predial, com ligação ao sistema público de distribuição, consideram-se sujeitas a fiscalização pelos serviços da C.M.C., que pode proceder à sua inspecção sempre que o julgue conveniente, durante o dia e dentro das horas normais de serviço, indicando nesse acto, as reparações e/ou alterações que forem necessárias, nas canalizações inspeccionadas e o prazo dentro do qual devem ser feitas, sob pena de serem executadas por aqueles, por conta dos proprietários ou usufrutuários.
4. O respectivo auto de vistoria deve ser comunicado aos responsáveis pelas anomalias ou irregularidades verificadas, fixando o prazo para a sua correcção.
5. Se não for cumprido o prazo previsto no número anterior, a C.M.C. deve adoptar as providências necessárias, para eliminar aquelas anomalias, ou irregularidades, o que pode determinar a suspensão do fornecimento de água.



Artigo 12º

Fiscalização, ensaios e vistorias

1. A execução das canalizações, dos sistemas prediais, fica sempre sujeita à fiscalização da C.M.C., que deve verificar se a obra decorre de acordo com o traçado previamente aprovado.
2. O técnico responsável pela execução da obra deve notificar, por escrito, o seu início e fim à C.M.C., para efeitos de fiscalização, ensaio e vistoria, de modo a permitir a verificação da sua conformidade com o projecto aprovado e com as disposições legais em vigor.
3. A comunicação do início e do fim da obra deve ser feita com a antecedência mínima de 5 dias úteis.
4. A C.M.C. deve efectuar a fiscalização e os ensaios necessários, verificando as canalizações no prazo de 5 dias úteis, após a recepção da comunicação da conclusão dos trabalhos, na presença do técnico responsável.
5. A fiscalização e os ensaios devem ser feitos com as canalizações, juntas e acessórios, à vista.
6. Depois de efectuadas as vistorias e os ensaios finais, a C.M.C. deve notificar os interessados do seu resultado.
7. Após a aprovação do projecto, não é permitido introduzir modificações nas canalizações dos sistemas prediais, sem prévia autorização da C.M.C.

Artigo 13º

Correcções

1. Após os actos de fiscalização e ensaios, a que se refere o artigo anterior, a C.M.C. deve notificar, por escrito, no prazo de 5 dias úteis, o técnico responsável pela obra, sempre que verifiquem a falta de cumprimento das condições do projecto, ou insuficiências verificadas pelos ensaios, indicando as correcções a fazer.
2. Após nova comunicação, do técnico responsável, da qual conste que estas correcções foram feitas, procede-se a nova fiscalização e ensaios dentro dos prazos anteriormente fixados.
3. Equivale à notificação indicada no nº 1, as inscrições no livro de obra das ocorrências aí



referidas.

Artigo 14º

Alterações

1. As alterações ao projecto aprovado que impliquem modificações dos sistemas prediais ficam sujeitas à prévia concordância da C.M.C.
2. No caso de pequenas modificações que não envolvam alterações de concepção do sistema, ou de diâmetro das canalizações, é dispensável a concordância prévia da C.M.C.
3. Quando for dispensada a apresentação do projecto de alterações, devem ser entregues à C.M.C., após a conclusão da obra, as peças desenhadas definitivas.

Artigo 15º

Ligação ao sistema público de distribuição

1. Uma vez executadas as canalizações do sistema de distribuição predial e executado o ramal de ligação do prédio, a ligação entre ambos os sistemas é obrigatória.
2. A construção, ou reformulação dos sistemas de distribuição predial, deve satisfazer todas as condições regulamentares, sem o que têm impedimento de ligação ao sistema público de distribuição.
3. A licença de utilização de novos prédios, só pode ser concedida pela C.M.C., depois da ligação ao sistema público de distribuição estar concluída, e pronta a funcionar.

Artigo 16º

Prevenção da contaminação

1. Não é permitida a ligação entre um sistema predial de distribuição e qualquer sistema que possa permitir o retrocesso de águas residuais, nas canalizações daquele sistema.
2. O fornecimento de água aos aparelhos sanitários deve ser efectuado sem pôr em risco a potabilidade da água, impedindo a sua contaminação, quer por contacto, quer por aspiração de água residual em casos de depressão.
3. Todos os dispositivos de utilização, devem ser protegidos, pela natureza da sua construção e



pelas condições da sua instalação, contra a contaminação da água.

Artigo 17º

Obras coercivas

1. Por razões de salubridade, a C.M.C. deve promover as acções necessárias para restabelecer o normal funcionamento dos sistemas prediais, independentemente da solicitação ou autorização do proprietário ou usufrutuário.
2. As despesas resultantes das obras coercivas são suportadas pelos responsáveis, sem prejuízo do direito de reclamação.

Artigo 18º

Autonomia dos sistemas de distribuição predial

Os sistemas prediais alimentados pelo sistema público de distribuição, devem ser independentes de qualquer sistema de distribuição com outra origem, nomeadamente, poços ou furos privados.

Artigo 19º

Reservatórios

1. Não é permitida a ligação directa da água fornecida, a reservatórios de recepção, que existam nos prédios e de onde derivem depois os sistemas de distribuição predial, salvo em casos especiais em que tal solução se imponha por razões técnicas, ou de segurança, que a C.M.C. aceite e aprove, ou quando se trate da alimentação de instalação de água quente.
2. Nestes casos devem ser tomadas todas as medidas necessárias para que a água não se contamine nos reservatórios de recepção.

CAPITULO III

FORNECIMENTO DE ÁGUA

Artigo 20º

Forma de fornecimento

1. Toda a água fornecida para consumo doméstico, comercial, industrial e público deve ser sujeita



a medição.

2. A água é medida através de contadores, devidamente selados, instalados pela C.M.C., ficando com a responsabilidade da sua manutenção.
3. A C.M.C. pode não estabelecer o fornecimento de água aos prédios, ou fracções, quando existam débitos por regularizar da responsabilidade do interessado.
4. Sempre que no mesmo edifício haja habitação e comércio, a água a fornecer deve ser medida por contadores independentes.

Artigo 21º

Contratos

1. O pedido de prestação da C.M.C. de fornecimento de água, é da iniciativa do interessado, sendo objecto de contrato, lavrado em modelo próprio e instruído de acordo com as disposições legais em vigor, sempre que, por vistoria local, realizada nos termos deste Regulamento, se verifique que as canalizações do sistema predial, estão ligadas ao sistema público de distribuição e desde que estejam pagas pelos interessados as importâncias devidas.
2. Quando a C.M.C. for responsável pelo fornecimento de água e drenagem de águas residuais, o contrato pode ser único e englobar simultaneamente os serviços prestados.
3. Do contrato celebrado, deve a C.M.C. entregar uma cópia ao consumidor, tendo em anexo, o clausulado aplicável.

Artigo 22º

Cláusulas especiais

1. São objecto de cláusulas especiais os serviços de fornecimento de água que, devido ao seu elevado impacto nas redes de distribuição, devam ter um tratamento específico.
2. Estabelecem-se ainda cláusulas especiais, para fornecimentos temporários ou sazonais de água a estaleiros e obras e a zonas de concentração populacional temporária, designadamente feiras e exposições.
3. Na celebração de cláusulas especiais deve ser acautelado, tanto o interesse da generalidade dos consumidores, como o justo equilíbrio da exploração dos sistemas públicos.



Artigo 23º

Encargos de celebração do contrato

As importâncias a pagar pelos interessado à C.M.C., para estabelecimento da ligação da água, são as correspondentes a:

- a) Tarifa de colocação do contador;
- b) Tarifa de ligação;

Artigo 24º

Caução

1. A C.M.C. exigirá a prestação de caução nas situações de restabelecimento do fornecimento, na sequência de interrupção decorrente do incumprimento contratual imputável ao consumidor, tendo em consideração o valor do consumo médio previsto para um período de três meses que, para o efeito, se considera equivalente a 30m³.
2. Excluem-se da obrigatoriedade prevista no número anterior todas as entidades isentas nos termos legais.
3. A caução poderá ser prestada nos termos da lei em vigor, podendo ser dispensada se os consumidores optarem pelo pagamento das facturas, através de transferência bancária.
4. O incumprimento das obrigações contratuais, por parte dos consumidores, referido no n.º anterior, implicará a exigência imediata da referida caução.
5. Findo o contrato de fornecimento, por qualquer das formas legal ou contratualmente estabelecidas, a caução prestada será restituída ao consumidor após o pagamento dos montantes eventualmente em dívida.

Artigo 25º

Levantamento da caução

1. A C.M.C. deve emitir recibos das cauções, sendo suficiente a sua apresentação, por qualquer portador, para o levantamento das mesmas, nos termos do n.º 4 do artigo anterior.
2. O reembolso da caução presume-se feito, por conta e no interesse do titular, sendo da



responsabilidade deste o seu eventual extravio.

3. No levantamento da caução, deve ser registada a identificação do respectivo portador.

Artigo 26º

Responsabilidade por danos nos sistemas prediais

1. A C.M.C. não assume qualquer responsabilidade por danos que possam sofrer os consumidores em consequência de perturbações ocorridas no sistema público de distribuição, que ocasionem interrupções no serviço, desde que resultem de casos fortuitos ou de força maior, ou de execução de obras no sistema público de distribuição, previamente programadas, sempre que os utilizadores desta sejam avisados com, pelo menos, 5 dias úteis de antecedência.
2. O aviso indicado no número anterior pode efectuar-se através dos meios de comunicação social, sem prejuízo de o dever ser, também, através do competente aviso nos locais do costume.
3. A C.M.C. não se responsabiliza, igualmente, pelos danos provocados pela entrada de água nos prédios devido a má impermeabilização das suas paredes exteriores e em consequência de roturas, ou avarias, do sistema público de distribuição.
4. Compete aos consumidores, tomar as providências para evitar os acidentes que possam resultar das perturbações na distribuição de água.

Artigo 27º

Gastos de água nos sistemas prediais

1. Os consumidores presumem-se responsáveis por todo o gasto de água em fugas ou perdas nas canalizações, dos sistemas prediais e nos dispositivos de utilização.
2. Contudo, a requerimento do interessado e desde que verificado, pelos serviços camarários, a existência das fugas ou perdas, referidas no número anterior, o excesso de consumo de água será debitado pelo escalão encontrado, através da média do consumo dos seis meses anteriores, ao mês reclamado.
3. O regime de excepção previsto neste artigo, só se aplica a consumidores domésticos, cujos consumos verifiquem desvios superiores a três vezes a média dos últimos seis meses.



3.1. As reclamações têm que ser devidamente comprovadas, presencialmente, por funcionário habilitado, devendo do relatório de ocorrência constar uma descrição, clara, da mesma.

3.2. A tarifa a praticar, pelo excesso de consumo reclamado, será de 60% da tarifa praticada para o 3º escalão.

Artigo 28º

Interrupção do fornecimento de água

1. A C.M.C. pode interromper o fornecimento de água nos casos seguintes:

- a) Alteração da potabilidade da água distribuída, ou previsão da sua deterioração a curto prazo;
- b) Avarias ou obras no sistema público de distribuição ou no sistema predial, sempre que os trabalhos o justifiquem;
- c) Ausência de condições de salubridade nos sistemas prediais;
- d) Casos fortuitos ou de força maior, nomeadamente, incêndios, inundações e redução imprevista do caudal, ou poluição temporariamente incontrolável das captações;
- e) Trabalhos de execução, de reparação ou substituição de ramais de ligação;
- f) Modificação programada das condições de exploração, do sistema público de distribuição, ou alteração justificada das pressões de serviço;
- g) Por falta de pagamento de facturação;
- h) Impossibilidade de acesso ao contador, por período superior a 6 meses, para proceder à sua leitura;
- i) Se não for cumprido o prazo previsto no nº 4 do artigo 11º do presente Regulamento, a C.M.C., deve adoptar as providências necessárias, à eliminação de anomalias ou irregularidades, o que pode determinar a suspensão do fornecimento de água.

2. A interrupção do fornecimento de água, não priva a C.M.C. de recorrer às entidades competentes e aos tribunais, para lhe manter o uso dos seus direitos, ou para obter o pagamento das importâncias que lhe forem devidas, e outras indemnizações por perdas e danos e para imposição de coimas e penas legais.

3. A interrupção do fornecimento de água, a qualquer consumidor com fundamento na alínea g) do nº 1 deste artigo, só pode ter lugar por falta de cumprimento do disposto no artigo 46º, ficando o



seu restabelecimento sujeito ao pagamento das tarifas previstas no artigo 40º, do presente Regulamento na parte aplicável.

4. As interrupções do fornecimento, com fundamento em causas imputáveis aos consumidores, não os isentam do pagamento da facturação já vencida ou vincenda.

5. O restabelecimento do fornecimento interrompido, por facto imputável ao consumidor, só tem lugar após ter sido resolvida a situação que lhe deu origem e pagas as importâncias devidas pelo restabelecimento.

6. A C.M.C. deve informar, com uma antecedência de pelo menos 5 dias úteis, a interrupção do fornecimento de água, salvo em caso fortuito ou de força maior.

7. No caso da al. g) do n.º 1 do presente artigo a suspensão do serviço ocorrerá, após a notificação do utente por escrito, com a antecedência mínima de 10 dias relativamente à data em que ela venha a ter lugar.

Artigo 29º

Denúncia do contrato

1. Os consumidores podem denunciar, a todo o tempo, os contratos que tenham celebrado, desde que o comuniquem, por escrito à C.M.C.

2. No prazo de 15 dias úteis, os consumidores devem permitir a leitura e/ou a retirada dos contadores instalados.

3. Caso esta última condição não seja satisfeita, continuam os consumidores responsáveis pelos encargos decorrentes dessa circunstância.

4. Sempre que, com vista à celebração de contrato de fornecimento de água, seja feita prova de aquisição de prédio urbano, no qual haja contador instalado por contrato celebrado por anterior proprietário, considera-se o mesmo denunciado, ainda que tal não tenha sido requerido. Contudo, o titular desse contrato será notificado no prazo de 15 dias úteis, do dia e hora em que será retirado o contador, com vista a ser feita a verificação conjunta da leitura porventura existente. A verificação será feita pelo titular, ou por alguém para tal mandatado, devidamente identificado. Se ninguém comparecer, a verificação será feita pelos funcionários da Câmara em número de, pelo menos dois. O pagamento da tarifa de desligação do contador deverá ser efectuado pelo anterior titular do contrato ou herdeiros legais, assim como o pagamento do consumo que, porventura, tenha sido verificado. A caução, se a houver, e não for necessária para liquidação total, ou parcial,



dos valores em dívida, será restituída, ao titular do contrato denunciado, ou seus herdeiros legais.

5. O mesmo princípio será aplicado, com as necessárias adaptações, a outras formas de transferência de propriedade tais como herança, doação, ou mesmo do direito de usufruto. Nestes casos a tarifa de desligação do contador, bem como, qualquer consumo que o mesmo apresente, aquando da desligação, será da responsabilidade do novo consumidor.

Artigo 30º

Dever dos proprietários ou usufrutuários

Os proprietários ou usufrutuários dos prédios ligados ao sistema público de distribuição, sempre que os contratos de fornecimento não estejam em seu nome, devem comunicar à C.M.C., por escrito e no prazo de 30 dias úteis, tanto a saída definitiva dos arrendatários dos seus prédios, como a entrada de outros.

Artigo 31º

Bocas-de-incêndio

A C.M.C. pode fornecer água para bocas-de-incêndio particulares nas condições seguintes:

- a) As bocas-de-incêndio devem ter canalizações interiores próprias, com diâmetro fixado pela C.M.C., e ramal individual devidamente selado;
- b) Estes dispositivos só podem ser utilizados em caso de incêndio, devendo a C.M.C. ser avisada desse facto, durante as 24 horas seguintes ao sinistro.

CAPITULO IV

CONTADORES

Artigo 32º

Tipos e calibres

Os contadores a instalar, são do tipo, calibre e classe metrológica aprovadas para serem utilizados na medição de água, nos termos da legislação em vigor e de harmonia com o consumo previsto e as condições normais de funcionamento aos preços definidos pela C.M.C..



Artigo 33º

Normas aplicáveis

Os contadores a instalar, devem obedecer às qualidades, características metrológicas e condições de instalação, estabelecidas nas normas portuguesas emitidas pelas entidades competentes, bem como nas normas comunitárias imediatamente aplicáveis.

Artigo 34º

Instalação de contadores

1. Os contadores devem ser instalados em lugares definidos pela C.M.C. e em local acessível a uma leitura regular, com protecção adequada que garanta a sua eficiente conservação e normal funcionamento.

2. As dimensões das caixas, ou nichos, destinados à instalação dos contadores, quando necessários, devem permitir um trabalho regular de substituição, ou reparação local e bem assim, que a sua visita

e leitura se possam fazer em boas condições, de acordo com as especificações técnicas a fornecer pela C.M.C., sempre que solicitadas.

Artigo 35º

Responsabilidade pelo contador

1. Os contadores são fornecidos e instalados pela C.M.C., que fica com a responsabilidade da sua manutenção.

2. Compete ao consumidor informar a C.M.C. logo que reconheça que o contador impede o fornecimento de água, a mede deficientemente, tem os selos danificados, ou apresenta qualquer outro defeito ou dano.

3. O consumidor responde pelos inconvenientes ou fraudes que forem verificados em consequência do emprego de qualquer meio, capaz de influir no funcionamento ou marcação do contador.



4. O consumidor responde por todo o dano, deterioração ou perda do contador, mas a sua responsabilidade não abrange o desgaste resultante do seu uso normal.
5. A C.M.C., deve proceder à verificação do contador, à sua reparação ou substituição ou, ainda, à colocação provisória de um outro contador, sempre que o julgue conveniente, sem qualquer encargo para o consumidor, quando tenha conhecimento de qualquer anomalia ou por razões de exploração e de controlo metrológico.

Artigo 36º

Verificações do contador

1. Independentemente da aplicação do Regulamento de Controlo Metrológico em vigor, tanto o consumidor, como a C.M.C. têm o direito de mandar verificar o contador, em instalações de ensaio devidamente habilitadas e reconhecidas como tal, quando o julguem conveniente, não podendo nenhuma das partes opor-se a esta operação, à qual o consumidor ou um técnico da sua confiança, pode sempre assistir.
2. A verificação a que se refere o número anterior, quando efectuada a pedido do consumidor, fica condicionada ao pagamento da tarifa de aferição, cujo valor lhe é restituído, no caso de se verificar o mau funcionamento do contador, por causa não imputável ao consumidor.
3. Nas verificações dos contadores, os erros admissíveis são os previstos na legislação em vigor sobre controlo metrológico dos contadores, para água potável fria.

Artigo 37º

Acesso ao contador

Os consumidores devem permitir e facilitar a inspecção dos contadores aos funcionários da C.M.C., devidamente identificados, ou outros, desde que devidamente habilitados por estes, dentro do horário normal de trabalho ou em horário a acordar entre aqueles e os consumidores.

CAPITULO V

TARIFAS, PREÇOS E COBRANÇAS

Artigo 38º



Regime tarifário

A C.M.C. definirá, anualmente, o valor das seguintes tarifas:

- a) Ligação ao ramal de água
- b) Colocação de contador
- c) Corte de fornecimento
- d) Restabelecimento da ligação
- e) Alteração de localização de contador
- f) Consumos de água

Artigo 39º

Preços

A Câmara Municipal fixará, mediante orçamento, o preço de serviços prestados, designadamente ampliação de rede pública a pedido de interessados, reparação de danos causados por terceiros e outros serviços avulsos.

Artigo 40º

Periodicidade das leituras

1. As leituras dos contadores são efectuadas periodicamente por funcionários da C.M.C. ou outros, devidamente habilitados para o efeito, no mínimo, uma vez de quatro em quatro meses, sendo a periodicidade das leituras fixada e posteriormente divulgada, com o recurso aos meios que a C.M.C. considere mais adequados, para informar os consumidores.
2. Nos meses em que não haja leitura, ou naqueles em que não seja possível a sua realização por impedimento do consumidor, ou por qualquer outro motivo não imputável à C.M.C., o pessoal por esta credenciado deixará no local um talão de leitura que o consumidor deverá entregar na C.M.C. devidamente preenchido, e dentro do prazo ali indicado.
3. A C.M.C. não assume qualquer responsabilidade por eventuais erros de leitura, cujo apuramento seja efectuado com base em informações prestadas pelo consumidor.
4. O disposto nos números anteriores não dispensa a obrigatoriedade da C.M.C. efectuar, pelo menos, uma leitura anual, competindo ao consumidor facilitar o acesso ao contador para a recolha



da leitura, sob pena de suspensão do fornecimento de água.

5. Não se conformando com o resultado da leitura, o consumidor pode apresentar a devida reclamação, dentro do prazo indicado na factura, como limite de pagamento, a qual é analisada pela C.M.C., podendo, neste caso, ser suspenso o pagamento, pelo Presidente da Câmara, até à sua resolução.

6. No caso da reclamação ser julgada procedente e já tiver ocorrido o pagamento, há lugar ao reembolso da importância indevidamente cobrada.

Artigo 41º

Avaliação do consumo

Em caso de paragem, ou de funcionamento irregular do contador o consumo é avaliado:

- a) Pelo consumo médio apurado entre duas leituras, imediatamente anteriores, consideradas válidas, efectuadas pela C.M.C.;
- b) b) Pelo consumo de equivalente período do ano anterior quando não existir a média referida na alínea a);
- c) c) Pela média do consumo apurado nas duas leituras subsequentes, à instalação do contador, na falta dos elementos referidos nas alíneas a) e b).

Artigo 42º

Correcção dos valores de consumo

1. Quando for solicitada pelo consumidor, a aferição do contador ou a C.M.C. entender fazê-la, a correcção das contagens é efectuada, de acordo com a percentagem do erro verificado no controlo metrológico, nos termos definidos no nº 2 do presente artigo.

2. Esta correcção, para mais ou para menos, afecta apenas os meses em que os consumos se afastam mais de 25% do valor médio relativo:

- a) Ao período de seis meses anteriores à substituição do contador.
- b) Ao período de funcionamento, se este for inferior a seis meses.



Artigo 43º

Facturação de consumos

1. As facturas emitidas devem discriminar os serviços prestados, as correspondentes tarifas e os volumes de água, que dão origem às verbas debitadas.
2. A facturação a emitir, sob responsabilidade da C.M.C., pode obedecer a valores estimados dos consumos, os quais são sempre tidos em conta na facturação posterior, bem como na aplicação do disposto no artigo 41.º deste Regulamento.

Artigo 44º

Prazo, forma e local de pagamento

1. Compete aos consumidores efectuar o pagamento do consumo verificado.
2. O pagamento da facturação a que se refere o artigo anterior, deve ser efectuado no prazo, forma e local estabelecido, na factura correspondente.
3. A C.M.C. sempre que o julgue conveniente e oportuno, pode adoptar outras formas ou sistemas de pagamento, tendo em vista, nomeadamente, uma maior eficácia do mesmo e a melhor comodidade dos consumidores.
4. A reclamação do consumidor contra a conta apresentada não o exime de obrigação do seu pagamento de harmonia com o disposto nos artigos anteriores, sem prejuízo da restituição das diferenças a que, posteriormente, se verifique que tenha direito desde que não tenha havido despacho atempado de suspensão, nos termos do nº 5 do artigo 40º.
5. As facturas que não sejam pagas no prazo nelas indicado, ficam sujeitas ao pagamento dos correspondentes juros de mora.
6. Findo esse prazo o consumidor pode proceder ao competente pagamento da dívida, acrescida dos correspondentes juros de mora, na Tesouraria da C.M.C., até à data em que, após a prévia notificação, seja efectuada a interrupção do fornecimento de água nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 28º do presente Regulamento.
7. Toda a pessoa, singular ou colectiva, que se torne devedora à C.M.C., qualquer que seja a natureza da dívida, fica responsável pela indicação dos elementos postais que permitam o envio



da factura referente à dívida contraída e à sua normal entrega no local indicado pelo devedor.

8. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a falta de pagamento das importâncias em dívida permite à C.M.C. o recurso posterior aos meios legais para a cobrança coerciva.

9. Sempre que houver necessidade de recorrer ao pagamento coercivo, a C.M.C., deve retirar o contador instalado e dar por findo o contrato de fornecimento.

10. À semelhança do que se encontra previsto no nº 6 do artigo 3º, no que respeita às despesas com o contrato de ligação de água, poderá a Câmara, em caso de comprovada debilidade económica dos consumidores, autorizar o pagamento dos consumos em prestações devendo o consumidor requerer, fundamentadamente, no prazo de 8 dias, a contar da data do conhecimento da factura, que o pagamento seja autorizado em prestações. Analisado o pedido e, desde que tal se justifique, a Câmara deliberará sobre o número de prestações mensais a pagar que não poderá exceder doze e serão acrescidas do respectivo juro de mora.

CAPITULO VI

SANÇÕES

Artigo 45º

Contra-ordenações

Constituem contra-ordenações:

- a) A instalação de sistemas públicos e prediais de distribuição, sem observância das regras e condicionantes técnicas aplicáveis;
- b) O não cumprimento das disposições do presente Regulamento e normas complementares;
- c) Fazer uso indevido ou danificar qualquer obra ou equipamento do sistema público de distribuição;
- d) Proceder à execução de ligações ao sistema público, sem autorização da C.M.C.;
- e) Alterar o ramal de ligação de água de abastecimento, estabelecido entre a rede geral e a rede predial;
- f) O abastecimento de água a dependências comerciais, ainda que do mesmo proprietário, através do contador da habitação.



Artigo 46º

Montante das coimas

1. As contra-ordenações previstas no artigo anterior são puníveis com coimas de 349,16 €, a 2 493,99 €, tratando-se de pessoa singular, sendo elevado para 29 927,88 € o montante máximo, no caso de se tratar de pessoa colectiva.
2. A negligência é punível.

Artigo 49º

Outras obrigações

1. Independentemente das coimas aplicadas, nos casos previstos no artigo 45º do presente Regulamento, o infractor pode ser obrigado a efectuar o levantamento das canalizações, no prazo máximo, que varia entre os 8 e os 30 dias úteis, a definir pela C.M.C..
2. Não sendo dado cumprimento ao disposto no número anterior, dentro do prazo indicado, a C.M.C. pode efectuar o levantamento das canalizações que se encontrem em más condições e proceder à cobrança das despesas feitas com estes trabalhos, recaindo sobre os proprietários, usufrutuários ou arrendatários a obrigatoriedade de facilitar o acesso às instalações, cujo levantamento se mostre necessário, quando expressamente notificadas para esse efeito.

Artigo 48º

Aplicação das coimas

O processamento e a aplicação das coimas pertencem à C.M.C..

Artigo 49º

Produto das coimas

O produto das coimas consignadas neste Regulamento, constitui receita da C.M.C. na sua totalidade.



Artigo 50º

Responsabilidade civil e criminal

O pagamento da coima, não isenta o infractor da responsabilidade civil por perdas e danos, nem de qualquer procedimento criminal a que der motivo.

Artigo 51º

Responsabilidade de menor ou incapaz

Quando o infractor das disposições deste Regulamento for menor ou incapaz, responde pela coima aplicada, o responsável legal.

Artigo 52º

Reclamações contra actos ou omissões

1. Qualquer interessado pode reclamar, por escrito, de todos os actos ou omissões da C.M.C. quando os considere contrários ao disposto neste Regulamento.
2. As reclamações devem ser apresentadas no prazo de 15 dias úteis, a contar do facto ou omissão questionados e resolvidas no prazo de 30 dias úteis.
3. Da resolução tomada, que é comunicada ao reclamante, cabe recurso, por escrito, no prazo de 30 dias úteis.
4. Estes recursos são resolvidos, dentro do prazo de 30 dias úteis, a contar da data da sua entrega, comunicando-se o resultado ao interessado.
5. A reclamação não tem efeito suspensivo sobre o motivo ou facto que a originou, salvo decisão em contrário a proferir pelo Presidente da Câmara.

CAPITULO VII

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Artigo 53º

Âmbito de aplicação



A partir da entrada em vigor do presente Regulamento, regem-se por ele todos os contratos de fornecimento de água e de aluguer de contador que venham a ser celebrados, incluindo aqueles que se encontram em vigor.

Artigo 54º

Normas subsidiárias e remissões

Em tudo o que o presente Regulamento for omissivo é aplicável o Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais e demais legislação em vigor sobre a matéria, com as condicionantes técnicas existentes na área de actuação da C.M.C..

Artigo 55º

Fornecimento do regulamento

É fornecido um exemplar do presente Regulamento, a todas as pessoas que o pretendam, ou venham a contratar o fornecimento de água, com a C.M.C. e aqueles que, sendo consumidores, o solicitem.

Artigo 56º

Arbitragem

Os litígios que venham a ocorrer entre a C.M.C. e o consumidor podem ser resolvidos através do Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo de Coimbra e da Figueira da Foz.

Artigo 57º

Entrada em vigor

Este Regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação por edital.



Aprovado em reunião da Câmara Municipal de 15-9-2008.

O Presidente,

Os Vereadores,

Aprovado pela Assembleia Municipal na Sessão de 29-9-2008.

A Mesa da Assembleia,